

Discriminação genética pode se tornar crime

Projeto de Lúcio Alcântara, aprovado pela CCJ em caráter terminativo e enviado à Câmara, garante a proteção dos direitos de portadores de doenças detectadas por teste genético

Maldaner cobra saúde de qualidade

O senador Casildo Maldaner cobrou do governo a implantação de um sistema de saúde público de qualidade. Para ele, não se pode dar ao contribuinte "retorno zero" pelos seus impostos. **Página 4**



O senador Lúcio Alcântara teme o uso de informação genética para negar cobertura em planos de saúde

Os portadores de doenças detectadas por meio de testes genéticos ou de gen responsável por uma doença deverão ter os direitos protegidos no relacionamento com os planos de saúde. É o que prevê projeto do senador Lúcio Alcântara, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Justiça e enviado à Câmara. De acordo com a proposta,

a interrupção da cobertura de seguro ou plano de saúde, baseada em informação obtida a partir de pesquisa genética, poderá ser punida com até um ano de detenção. Será ainda considerada crime a recusa - por motivo genético - de matrícula em instituição de ensino e de inscrição em concurso público. **Página 3**



Jefferson considera o problema universitário grave e estrutural

Jefferson pede saída para crise nas universidades

O senador Jefferson Péres cobrou do Ministério da Educação, na sexta-feira, maior "lucidez" na análise da crise da universidade pública, que considera grave e estrutural. Ele

sugeriu que a greve dos professores seja aproveitada pelo governo no sentido de aprofundar a busca de uma solução para a perda de qualidade do ensino de terceiro grau. **Página 4**

Ignácio sugere política nacional de resíduos

O senador José Ignácio Ferreira apresentou projeto que define diretrizes para o uso eficiente dos recursos naturais e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Antes de ser enviada à Comissão de

Assuntos Sociais, onde tramitará em caráter terminativo, a matéria será discutida e votada nas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça. **Página 2**



O senador José Ignácio tomou por base documentos das Nações Unidas sobre o meio ambiente

Ignácio propõe política para o meio ambiente

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e define diretrizes e normas para o uso eficiente de recursos naturais, bem como para evitar seu esgotamento, reduzir e prevenir a poluição, proteger e recuperar a qualidade do meio ambiente e da saúde pública. Antes de ser enviada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramitará em caráter

terminativo, a matéria será discutida e votada nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Para elaborar o projeto, o senador tomou por base documentos produzidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como a Agenda 21, que alinha as tarefas a serem levadas adiante com o objetivo de "preparar o mundo para os

desafios do próximo século".

José Ignácio parte do entendimento de que as principais causas da deterioração do meio ambiente mundial são "os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados". Ele considera o projeto uma iniciativa para reforçar a conscientização e induzir a novas posturas, tanto nos setores público e produtivos quanto na sociedade em geral, a respeito desses pa-

drões. O projeto define como resíduos sólidos "tudo o que é descartado durante o ciclo de vida dos produtos e dos serviços e os resíduos decorrentes das atividades humanas em geral, que se apresentam nos estados sólido, semi-sólido e os líquidos não-passíveis de tratamento convencional". Prevê a adoção de incentivos fiscais, financeiros e creditícios na consecução dos objetivos da lei, além da garantia de recursos orçamen-

tários e outros destinados à prevenção da poluição, à minimização de resíduos e à recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos.

Quanto às multas a serem cobradas como penalidade aos infratores, José Ignácio entende que deverão se constituir em receita do órgão ou da entidade responsável pela aplicação das penalidades e ser empregadas na recuperação ambiental.

Agenda

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (9.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quarta-feira (10.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (11.6.98)

Corpus Christi

Sexta-feira (12.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (15.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (16.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Primeiro dia de discussão do segundo turno do Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imundidade parlamentar, "Projeto de Resolução nº 61/98, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a emitir letras financeiras do Tesouro do estado do Rio de Janeiro, destinando-se os recursos ao giro da sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998, "Projeto de Resolução nº 62/98, que autoriza o município de São Paulo a emitir letras financeiras do Tesouro, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998, "Projeto de Resolução nº 63/98, autorizando a elevação temporária no limite de endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos - SP com vistas a contratação de operação de financiamento com recursos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, primeiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta, "PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento - RS, "PDL nº 117/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Gaúba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre - RS, "PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória - ES, "PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à L. A. Pereira e Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento - RS, e "PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista - SP

Quarta-feira (17.6.98)
11h - Sessão especial destinada a prestar home-

negans ao ex-ministro Sérgio Motta

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "Segundo dia de discussão do segundo turno do Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imundidade parlamentar, "Votação, em primeiro turno, das "PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre a ineligibilidade; "Segundo dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta, "PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Patriarca de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia - MS, "PDL nº 123/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora "ABC" Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André - SP, "PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente - SP, "PDL nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia - PR, "PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí - SC, "Parecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do doutor Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; e "Parecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do doutor Geilson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta

Sexta-feira (19.6.98)
9h - Sessão não deliberativa

Semana teve decisões que interessam a muita gente

Contribuintes do INSS, advogados,romeiros, políticos, usuários de serviços públicos. Todos foram afetados de alguma forma por projetos de lei apreciados pelos senadores na semana passada. No total, foram discutidos e votados pelo plenário e pelas comissões do Senado 44 projetos.

Você paga INSS? Pois foi aprovada uma proposta na Comissão de Assuntos Econômicos para que as contribuições possam ser pagas de três em três meses, desde que o salário-base seja de no máximo R\$ 206,37. Economia de tempo para empresas, contribuintes autônomos e empregadores domésticos. A proposta ainda será votada pelo plenário e, se aprovada, será encaminhada ao presidente da República, para sanção.

Interessa em especial aos advogados um projeto que o plenário aprovou na mesma semana, já encaminhado ao presidente da República, que objetiva desafogar a Justiça brasileira. A proposta autoriza os juizes a aplicarem multas a quem apresentar recursos em ação penais com a finalidade de adiar a decisão final do juiz. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou, durante a discussão da matéria, que metade dos recursos na Justiça tem apenas objetivo protelatório.

Uma das propostas aprovadas pelo plenário mexe com a própria classe política e contribuirá para melhorar a imagem do Congresso. Trata-se de uma emenda constitu-

cional que tornará mais fácil ao Supremo Tribunal Federal (STF) iniciar processo contra deputado ou senador. Os parlamentares continuarão com imunidade por suas palavras, opiniões e votos, como previsto na Constituição de 88. No entanto, a mudança dá um prazo de 120 dias à Câmara ou ao Senado para concordar ou não com um pedido do STF. Caso não se manifeste, o Supremo pode analisar as acusações. A emenda constitucional ainda terá que ser votada mais uma vez pelos senadores e depois pelos deputados.

Romeiro? Pois foi aprovado um projeto para permitir que caminhões transportem romeiros nas épocas de festas (esse transporte está proibido pelo Código de Trânsito Brasileiro). A proposta, agora, vai ser votada pelos deputados.

Mas o grande assunto da semana foi a promulgação, pelas Mesas do Senado e da Câmara, da reforma administrativa, que oferece mecanismos à União, aos estados e aos municípios para limitar seus gastos com pessoal a 60% de suas receitas líquidas (alguns estados chegaram a gastar com pessoal mais do que arrecavam, inviabilizando qualquer investimento). A reforma permitirá, pela primeira vez, que funcionários públicos sejam demitidos, e ainda proíbe que algum servidor receba salário maior do que o de um ministro do STF.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carrolo Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Câmara analisa projeto aprovado pelo Senado que pune com prisão quem discriminar pessoas ou interromper a cobertura de seguro ou plano de saúde por causa de informação obtida a partir de pesquisa genética

Projeto reprime discriminação genética

A interrupção de cobertura de seguro ou plano de saúde, baseada em informação obtida a partir de pesquisa genética em paciente, poderá ser punida com até um ano de detenção. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que tem como objetivo tentar impedir a discriminação baseada em informações genéticas.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em caráter terminativo, e seguiu para apreciação da Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta, a



Tuma: "projeto é oportuno"

realização de testes para detecção de doenças genéticas ou que identifiquem a pessoa como portadora de gene responsável por

uma doença só será permitida com finalidades médicas.

Pelo projeto, será considerado crime, punível com até um ano de detenção e mais multa, a recusa da matrícula de aluno em qualquer instituição de ensino, com base em seu patrimônio genético. O mesmo se aplica a quem impedir a inscrição em concurso público ou outra forma de recrutamento ou seleção.

Lúcio Alcântara vê um interesse crescente da sociedade pelo diagnóstico genético, mas teme o surgimento da discriminação:

— O uso de informação genética

para negar cobertura em planos e seguros de saúde, ou para cobrar mensalidades proibitivas, tornará negativos os benefícios oriundos do avanço da pesquisa genética — observa.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria, já ofereceu parecer favorável, lembrando que o projeto é "oportuno, uma vez que amplia as modalidades de discriminação punitivas", criminalizando novas condutas nocivas à sociedade, relativas ao uso indevido dos meios tecnológicos da engenharia genética e da medicina molecular.

TV Senado discute o conselho de comunicação

Apesar de previsto na Constituição de 1988, o Conselho de Comunicação Social ainda não foi instalado. Os possíveis motivos dessa omissão e o papel do órgão são os assuntos em debate hoje no programa "Cidadania", exibido pela TV Senado.

Participam da discussão o jornalista e senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o professor Venício Arthur de Lima, coordenador do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB).

Para Artur da Távola, um dos motivos da demora na criação do conselho é a atitude equivocada das corporações de empregados e patrões da radiodifusão, que se mobilizaram com muita avidez em busca de lugares no órgão.

Já o professor Venício acha que os parlamentares ainda não instalaram o conselho por medo de perder o poder, que lhes foi dado pela Constituição de 88, de conceder, renovar e cassar concessões de rádio e de televisão.

O "Cidadania" vai ao ar às 8h, às 13h30 e às 19h30.

Amorim: agroindústria é saída para Amazônia

A região amazônica, representando metade do território brasileiro, é permanente alvo de cobiça internacional, advertiu o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que voltou a defender o desenvolvimento sustentado da Amazônia. Para ele, as nações do Primeiro Mundo conhecem muito mais da "nossa cobertura vegetal, do nosso ecossistema, campos, várzeas e savanas, do que nós brasileiros".

Em sua opinião, o governo federal precisa investir na região, em pesquisas referentes a conhecimento científico, voltadas para o solo, clima, vegetação,

recursos genéticos e tecnologia agroindustrial, para tirar a Amazônia do atraso secular.

Em relação ao seu estado, Rondônia, Ernandes Amorim apresentou como sugestão um plano de metas, destacando o manejo sustentado das florestas naturais e plantadas da Amazônia, os sistemas alternativos agropecuários, florestais, para a agricultura de baixa renda, além

da conservação, preservação e uso de recursos genéticos da Amazônia.

— Sou um amazônico que acredita que o desenvolvimento da nossa região passa necessariamente pela agroindústria, com a geração de processos alternativos para a transformação de produtos agropecuários e florestais, com a agregação de valores

de mercado, principalmente através de incentivo tecnológico a pequenas indústrias regionais.



Ernandes Amorim

Odacir aponta rateio desigual de recursos

O senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que alguns estados da Amazônia estão recebendo um volume maior de recursos do Fundo de Financiamento Constitucional do Norte (FNO) do que outros estados. Ele citou como exemplo o Pará, que recebeu 50,3% do total de recursos do FNO, de 1989 a 1996, enquanto outros estados receberam apenas 1% ou 2%.

Além da desigualdade na aplicação dos recursos do FNO, o senador observou que a região enfrenta muitos problemas, como falta de zoneamento econômico-ecológico, de pesquisas para a produção agropecuária e de infraestrutura inadequada para o escoamento da produção.

A Amazônia também tem escassez de energia elétrica, o que afeta a agroindústria, um sistema de armazenamento precário para a produção agrícola e assistência técnica insuficiente. "Tudo isso prejudica a qualidade e a comercialização dos produtos da região", salientou o senador.

Odacir disse que esses problemas foram apontados pela presidente do Banco da Amazônia S/A (Basa), Flora Valladares Coelho, durante depoimento na Comissão Temporária da Amazônia, no dia 7 de abril deste ano. A comissão, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), foi criada para definir uma política de desenvolvimento para a região.



Odacir Soares

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Ademar Andrade (PSB-PA) sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

8h - "Cidadania" - entrevista com o senador Artur da Távola e o professor Venício de Lima, do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da UnB, sobre o Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição

9h30 - Entrevista com o senador Ademar Andrade (PSB-PA) sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

10h - Comissão de Educação - audiência pública sobre o projeto de lei que trata da comunicação de massa (reapresentação)

13h30 - "Cidadania" - entrevista com o senador Artur da Távola e o professor Venício de Lima, do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da UnB, sobre o Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição

14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)

18h45 - Entrevista com o senador Ademar Andrade (PSB-PA) sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

19h30 - "Cidadania" - entrevista com o senador Artur da Távola e o professor Venício de Lima do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da UnB sobre o Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Mulheres em Debate" - com a participação da Dra. Ceres Resende, e a Dra. Lucy Ishii sobre os atuais tratamentos no combate ao câncer

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Reapresentação da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30

Segundo senador, greve dos professores traz ao governo e à comunidade acadêmica oportunidade de encontrar solução para os "problemas estruturais" do ensino superior

É hora de repensar universidade, diz Jefferson

O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) sugeriu que a greve dos docentes das instituições federais de terceiro grau seja aproveitada para que o governo, através do Ministério da Educação, e o meio universitário, pelos seus diversos segmentos, encontrem uma solução para o problema da deterioração das universidades brasileiras.

Na opinião do senador, o problema salarial é uma questão importante, mas não é a única. Jefferson disse esperar que "a maioria dos professores não se deixem levar pelos que têm razões de ordem política para manter o impasse". Por outro lado,

ele também cobrou uma maior "lucidez" do Ministério da Educação para compreender que o problema universitário é grave e estrutural, e que precisa de uma solução imediata.

Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de sexta-feira, intitulado "Saídas para o impasse universitário" e assinado pelo jornalista Luís Nassif, foi elogiado pelo senador como um retrato fiel do impasse entre grevistas e o Ministério da Educação.

O jornalista opinou que dentro da universidade existe um segmento profissional comprometido com a pesquisa e o ensino que não aceita mais os "velhos pa-

drões corporativistas" da atual diretoria da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Nassif completou que este grupo também não aceita o descaso com que o MEC tratou até agora a questão universitária.

Nassif também escreveu que a greve "está revelando, pela primeira vez, uma distinção nitida entre os setores comprometidos com a excelência acadêmica e os acomodados". O jornalista propõe um acordo em torno de critérios de eficiência para colocar a universidade pública definitivamente como elemento central de desenvolvimento do Brasil.



Jefferson é contra o corporativismo

Maldaner reclama do descaso com a saúde

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou do governo ações para que a população possa ter um sistema de saúde de qualidade. "Não se pode arrecadar impostos dos contribuintes e lhes dar retorno zero por meio de um sistema que não funciona e que se degrada a olhos vistos e a passos largos", disse ele.

— Saúde no Brasil é, hoje, sinônimo de salve-se quem puder. Talvez só na área da educação exista um paralelo de degradação do serviço público semelhante ao da saúde — afirmou.

Maldaner acredita que a falta de recursos é o principal problema que deve ser resolvido. Ele reclamou da falta de iniciativas para sanear o setor. "Para que o governo criou a CPMF, se retiraria da execução orçamentária do Ministério da Saúde montante equivalente ao que foi arrecadado com a contribuição?", questionou.

O senador criticou as propagandas ações para combate de epidemias, enquanto "o que se vê é o recrudescimento de doenças endêmicas que já haviam praticamente desaparecido". Como exemplo, Maldaner citou a dengue.

— Em 1996, o governo federal lançou, com toda a pompa e circunstância, um programa nacional de combate à dengue, orçado em R\$ 4,5 bilhões. Mais de um ano depois, o quadro de propagação da doença agravou-se drasticamente. Dos 12 municípios que em 1981 apresentavam casos de dengue, passamos para três mil neste início de 1998 — observou.

Para Casildo Maldaner, só uma reforma tributária abrangente poderá fixar formas estáveis e permanentes de financiamento das ações sociais do governo.



Maldaner: sistema não funciona

Exposição marca Dia Mundial do Meio Ambiente

O Senado Federal estende até 12 de junho as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, que transcorreu no último dia 5, recebendo a mostra da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Ecossistemas brasileiros como a floresta atlântica, o Pantanal matogrossense, a Amazônia, o cerrado, a caatinga, as florestas e campos do Sul estarão representados em painéis, no hall de exposições, que apresenta também ambientes marinhos e animais.

A fundação não tem fins lucrativos e financia diversos projetos ambientais, de pesquisadores e instituições públicas e privadas. O objetivo da exposição é sensibilizar pessoas e instituições para a preservação do meio ambiente no Brasil. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h, e aos sábados e domingos, das 10 às 14h. O hall de exposições fica em frente ao Auditório Petrônio Portella, no Anexo 2.

José Alves destaca encontro de parlamentares com o papa

Trechos da fala do papa João Paulo II a uma comitiva de 125 participantes levados pela Pastoral Parlamentar Católica do Brasil para uma audiência em Roma foram lembrados, sexta-feira, pelo senador José Alves (PFL-SE) em discurso no plenário. O senador lembrou o lamentável abismo ainda existente entre privilegiados e despossuídos no Brasil para destacar a reflexão do sumo pontífice aos parlamentares brasileiros.

De acordo com José Alves, João Paulo II fez um alerta "à coerência cristã na gestão da vida pública". O líder da Igreja Católica lembrou aos presentes que a conduta dos políticos de uma nação de predominante tradição católica deve ser compatível com os princípios de moralidade e respeito à cidadania e direitos sociais.

— Como nordestino, tenho vivenciado e testemunhado o grande sofrimento que tem afligido as regiões mais pobres de nosso país. Como médico, tenho sentido as aflições e angústias dos que não desfrutam do direito aos mínimos serviços de saúde pública. Como homem de origens rurais, tenho assistido à trágica deterioração do campo, onde



José Alves vê abismo social a fome e a miséria campeiam, à espera de soluções que nunca chegam — disse José Alves.

O senador afirmou que, ao partilhar da sabedoria de seu maior líder espiritual, sentiu-se no dever de expressar em plenário, como reiteradas vezes tem feito, sua "indignação pela fragilidade, para não dizer ausência, de um programa de governo que contemple as demandas sociais do povo brasileiro, orfão que tem sido do exercício dos seus direitos de cidadania e justiça social".

José Alves ressaltou o trecho do pronunciamento do papa Pio XII levado pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, líder da pastoral. No discurso de

saudação ao papa, Maciel citou que "a política, depois da religião, é a mais nobre atividade do ser humano". O vice-presidente afirmou ainda que o Brasil é um país privilegiado pelas três visitas que recebeu de João Paulo II.

Outras palavras de Sua Santidade no encontro foram lembradas pelo senador. O sucessor do trono de Pedro afirmou que "a solidariedade não é um sentimento de vaga compaixão ou enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes". Para o papa, trata-se antes do contrário, ou seja, "a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum". Esse bem, para o líder dos católicos, é "o bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos".

Na solenidade, os parlamentares brasileiros ouviram de João Paulo II postulados de várias encíclicas e concílios, alguns dos quais citados pelo senador: *Rerum Novarum*, *Vaticano II*, *Populorum Progressio*, *Pacem in Terris*, *Quadragesimo Anno* e *Centesimus Annus*, além da carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*.